

Em defesa dos serviços públicos

NÃO AO
AJUSTE FISCALSINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Ajuste fiscal não é a solução para a crise!

Com objetivo de garantir o cumprimento da meta fiscal (buscar um superávit primário na economia para pagar juros da dívida pública) de 0,7% do PIB em 2016, a presidente Dilma Rousseff pretende adotar “fortes medidas de ajustes” nas despesas e aumento de receitas no próximo ano. Para isso, o governo anunciou um bloqueio adicional de gastos no orçamento no valor de R\$ 26 bilhões. As medidas serão utilizadas para ajudar a cobrir o déficit de R\$ 30,5 bilhões previsto no texto do Orçamento Geral da União encaminhado pelo Executivo ao Congresso.



Marcha Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em São Paulo, 18/09

Governo joga sua culpa para os servidores

Os servidores públicos federais foram nomeados como culpados pelo déficit no Orçamento durante a coletiva de imprensa em que os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, anunciaram as medidas.

O governo afirma que as despesas obrigatórias respondem pela maior parte dos gastos da União e são mais difíceis de cortar. Diz, se-

gundo a Folha, que no orçamento deste ano, por exemplo, elas somam cerca de três quartos das despesas não financeiras da União (R\$ 856 bilhões).

O ministro da Fazenda, “Levy mãos de tesoura”, omite, no entanto, que a maior despesa é com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública: 45,11% do Orçamento Geral da União executado em 2014

(R\$978 bilhões) e que, essas medidas são justamente para economizar ainda mais para o pagamento dessa mesma dívida pública nunca auditada para favorecimento dos banqueiros que Levy representa.

Adiamento do reajuste – Entre as medidas anunciadas, está o adiamento do reajuste do salário dos servidores públicos de janeiro para agosto do ano que vem. Com essa medida, o governo espera um impacto de R\$ 7 bilhões para o pagamento dos juros da dívida.

Abono permanência, concursos públicos e DAS, fusão de ministérios – O governo pretende eliminar o abono de permanência, por meio de proposta de emenda à Constituição. Segundo o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, os gastos com o benefício em 2016 serão de R\$ 1,2 bilhão de reais. Além disso, também haverá suspensão de concursos públicos, que estavam estimados em R\$ 1,5 bilhão em investimen-

tos em 2016. O governo anunciou, ainda, uma redução de R\$ 2 bilhões em despesas discricionárias com DAS (cargos comissionados). Outras medidas anunciadas preveem redução de ministérios (R\$ 200 milhões a menos) e limites para gastos com servidores menores (R\$ 200 milhões a menos também).

Minha Casa, Minha Vida, PAC e Saúde - Barbosa anunciou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai sofrer corte no trecho que trata do Minha Casa, Minha Vida, em R\$ 4,8 bilhões, e em R\$ 3,8 bilhões sem o programa, totalizando R\$8,6 bi. Segundo ele, também está prevista uma renegociação de contratos de aluguel, manutenção e segurança, entre outros, para economizar mais R\$ 1,6 bilhão no ano que vem. Outra medida anunciada é a redução de gastos de mais R\$ 3,8 bilhões em gastos com Saúde (a serem recompostos posteriormente com emendas parlamentares).





Cortes no orçamento em 2015

Neste ano, o governo federal adotou uma série de medidas fiscais – principalmente de aumento de impostos, mas também de bloqueio de gastos e limitação de benefícios sociais.

Em 22 de julho de 2015, o governo anunciou o maior contingenciamento de recursos da história do país, um bloqueio total de R\$ 69,9 bilhões em gastos no orçamento deste mesmo ano.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sofreu um corte de R\$ 25,7 bilhões, enquanto as emendas parlamentares passaram a ter R\$ 21,4 bilhões a menos. As demais despesas perderam R\$ 22,9 bilhões.

Os Ministérios das Cidades, Saúde e Educação lideram valor de cortes no orçamento, respectivamente com bloqueio de R\$ 17,2 bi, R\$ 11,77 bi e R\$ 9,42 bi.



Foto: CSP-Comitês

Para tentar atingir as metas fiscais, a equipe econômica de Levy, por meio das Medidas Provisórias 664 e 665, colocou em prática regras mais duras para a concessão de benefícios como pensões por morte, auxílio-doença, seguro-desemprego e abono salarial. A economia prevista, porém, foi diluí-

da pelo Congresso.

Outra medida foi a alta do IPI para automóveis no início deste ano, e também foram aumentados os tributos sobre empréstimos, gasolina, cosméticos, importações, carros, cerveja, refrigerantes, bancos, receitas financeiras das empresas, taxas de fiscalização

de serviços públicos, vinhos, destilados, smartphones, computadores, tablets e exportações de manufaturados, entre outros.

Todas as medidas passaram pelo crivo do Congresso Nacional, sob comando de Eduardo Cunha, na Câmara de Deputados e Renan Calheiros, no Senado, e foram sancionadas pela presidente Dilma Rousseff.

Mas o ajuste fiscal não é a solução para a crise. Existem outras saídas para cobrir o rombo de R\$ 30,5 bilhões no orçamento de 2016. Dentre elas, está a redução das verbas de gabinetes dos parlamentares, o combate à corrupção e o fim do superfaturamento nos contratos e serviços para reduzir gastos e, principalmente, auditoria da dívida pública.

Não às vantagens dos parlamentares!

Se, de um lado, o governo e os parlamentares defendem ajustes fiscais, com cortes no orçamento, congelamento salarial dos servidores e aumento de impostos, sob justificativa de combater os efeitos na crise econômica, por outro, fingem que a crise não chegou ao Palácio e às Casas Legislativas. São muitos os benefícios e vantagens dos deputados e senadores.

O Congresso tem orçamento previsto de **R\$9 bilhões para 2015**, montante maior do que o de Estados como Roraima e Acre.

A Câmara terá direito a R\$5,1 bilhões e o Senado a R\$3,9 bilhões. Quando se falou em cortar gastos do Senado, os alvos dos cortes foram servidores e áreas técnicas da Casa, sem redução de vantagens aos congressistas.

O custo de cada parlamentar aumentou após o reajuste de 26% que os congressistas se concederam em dezembro de 2014. Os salários, antes do aumento, eram de R\$26,7 mil por deputado ou senador; depois, subiu para R\$33,7 mil.

Segundo levantamento da Folha, quando o Congresso tomou posse no início de fevereiro de 2015, cada um dos 594 parlamentares – 513 deputados federais e

81 senadores – passou a custar **mais de R\$150 mil por mês aos cofres públicos**, levando em consideração apenas o salário, o auxílio-moradia, o “cotão” (que inclui, entre outras despesas, gastos com escritório fora da Câmara, com passagens aéreas, aluguel de aeronave, serviços de segurança, de consultoria e de divulgação das atividades parlamentares) e as verbas de gabinete.

Considerando as duas ajudas de custo por mandato (uma no início do mandato e outra no final), no mesmo valor do salário (2x R\$33.763,00 = R\$67.526), para compensar as despesas com mudança e transporte, cada parlamentar sai mais caro. Essa ajuda de custo substituiu, em 2013, o 14º e o 15º salários dos congressistas.

A atualização dos vencimentos no início do ano teria um impacto de quase R\$93 milhões por ano na folha de pagamento do poder legislativo.

Na prática, as despesas com cada parlamentar são ainda maiores, uma vez que alguns repasses feitos não têm valores divulgados ou são de difícil mensuração, como despesas mé-

dicas, cota gráfica e manutenção dos apartamentos funcionais.

Depois do aumento de 1º de fevereiro, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), autorizou, no dia 25 do mesmo mês, o aumento em todas as despesas com parlamentares. Além do reajuste dos benefícios, as esposas de deputados passaram a ter o direito de utilizar a cota de passagens aéreas dos mesmos, desde que seja exclusivamente entre Brasília e o estado de origem.

As verbas de gabinete subiram de R\$ 78 mil por mês para R\$ 92 mil e o auxílio-moradia de R\$ 3.800 para R\$ 4.243 por mês.

Além do salário de R\$33,7 mil, os parlamentares têm direito à cota para atividade parlamentar entre R\$27,9 mil e R\$41,6 mil (de acordo com o Estado onde foi eleito). O maior cotão é de Roraima, com R\$38.616,18; e o menor é de Goiás, com R\$29.990,43. Levando isso em conta, podemos estimar que o valor destinado à manutenção de um deputado não é menos que R\$159,8 mil.





Corrupção

De acordo com o relatório da FIESP, o custo médio da corrupção no Brasil, em 2010, foi estimado entre 1,38% a 2,3% do PIB, isto é, de R\$50,8 bilhões a R\$84,5 bilhões. Com esse montante, seria possível, por exemplo, construir 918 mil casas populares segundo o programa Minha Casa Minha Vida II ou construir 57,6 mil escolas para séries iniciais do ensino fundamental segundo o modelo CAQi ou então comprar 160 milhões de cestas básicas (DIEESE).

Dois exemplos – O superfaturamento de grandes obras é uma forma de corrupção. Grandes obras do Programa de Aceleração do Cresci-

mento (PAC) são alvos de investigações do Tribunal de Contas da União (TCU). Dos 10 projetos listados pelo Correio Braziliense, apenas um, o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, não está sendo fiscalizado. A Hidrelétrica foi orçada em R\$ 16 bilhões, leiloada por R\$ 19 bilhões e financiada por R\$ 28 bilhões. Hoje, o valor já supera R\$ 30 bilhões e pode aumentar ainda mais com as dificuldades para levar a construção adiante.

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um dos maiores empreendimentos da Petrobras, é um dos alvos das investigações

do TCU. O projeto foi concebido em 2004, com previsão de conclusão em 2011, a um custo de US\$ 6,1 bilhões. Evoluiu para US\$ 8,4 bilhões em 2006 e, em 2010, chegou a US\$ 26,9 bilhões. A partir do Plano de Negócios e Gestão 2013-2017 da estatal, subiu para US\$ 30,5 bilhões e a estimativa é que só termine em 2021. Um aumento de 200%.



Dívida pública

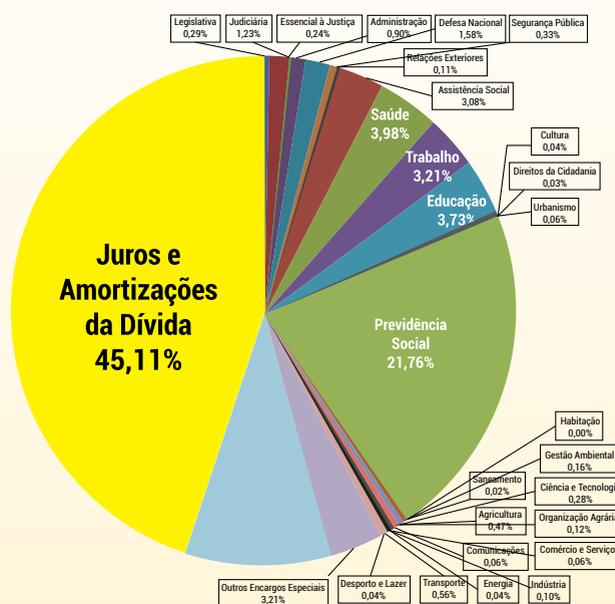
Mas, a corrupção não é a maior fonte de desvio dos recursos públicos. Enquanto a mídia e o Judiciário estão focando toda a opinião pública para esta questão, a dívida pública aumentou quase R\$ 1 trilhão em apenas dois anos, ou seja, representa, praticamente 20 vezes o valor torrado com a corrupção. Não há nenhuma manchete, discussão ou editorial da grande imprensa a respeito.

Segundo análise do economista e assessor de várias entidades sindicais, Washington Lima, no artigo intitulado “Aumento dos Juros é a causa do rombo nas Contas Públicas”, o plano de Ajuste do Ministro Levy, é que vem causando um verdadeiro desastre na economia nacional e nas contas públicas.

Por meio de comparações de dados sobre o grupo de despesas de Juros e Encargos, sem levar em consideração as “Amortizações” (Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, em cada ano o governo vem deixando de computar grande parte dos juros nominais, classificando-a como “amortizações”. As estatísticas governamentais não evidenciam o valor que efetivamente está sendo pago a título de juros nominais aos detentores dos títulos), o economista conclui que:

“O Ajuste Fiscal do ministro Levy, promovido pelo governo da presidente Dilma, só agrava esse quadro, paralisando a economia, gerando desemprego, corte de direitos para os trabalhadores, e, diminuição de gastos sociais, por um lado, e de outro, propicia lucros sem precedentes para poucos,

Gráfico: Orçamento Geral da União (Executado em 2014)



Fonte: www.auditoriacidada.org.br

e, isso sim, é o principal motivo pelas dificuldades econômicas que o país está passando, assim como está colocando em risco, de conjunto, as finanças nacionais, com a elevação da dívida, e consequente pagamento dos juros, utilizando na prática o orçamento da União, que é do povo brasileiro, para enriquecer uma pequena minoria”.

De acordo com o artigo, em 2014, até 26 de agosto, foram liquidados no orçamento da União

R\$ 121,3 bilhões de juros e encargos da Dívida. Em 2015, até 28 de agosto, ou seja, no mesmo período de comparação entre esses anos, o pagamento de juros e encargos da Dívida, consumiu R\$ 168,8 bilhões. Assim foram liquidados mais R\$ 47,5 bilhões, no mesmo período entre os anos de 2014 e 2015. Aumento de 39,22%.

Só aí há um valor maior em 50% do que o “rombo” da proposta de orçamento para 2016 que é de R\$ 30,5 bilhões. E o ano ainda nem terminou!

Se o gasto de R\$277,3 bi que está autorizado para o pagamento dos Juros e Encargos for efetivamente executado, e certamente chegará próximo a esse montante, haverá um aumento nos gastos, de impressionantes R\$ 106,9 bilhões, ou de 62,81%, que equivalem a mais de três vezes e meia o déficit da proposta de orçamento para 2016.

Comparando com o valor que foi liquidado em 2014, o aumento é realmente absurdo, mais R\$ 133,7 bilhões, ou 78,51%, de gastos com esse item. Ou seja, em apenas 2 anos, o orçamento para juros e encargos da dívida, cresceu quase 80%.

“Mas, para 2016 o quadro será ainda pior. Pois o PLOA 2016 – Projeto de Lei Orçamentária, prevê um gasto de R\$ 304,1 bilhões com os Juros e Encargos da dívida”.

Nas palavras da Auditoria Cidadã da Dívida, “O país está com seu desenvolvimento socioeconômico travado, a serviço de garantir lucros escorchantes ao sistema financeiro, e apodrecido pela corrupção”.



Servidores públicos não são culpados!

É inevitável voltar, para a questão dos servidores federais, para realisar a comparação entre os gastos com os juros da dívida e as despesas de pessoal da União.

Em 2014, enquanto foram gastos R\$238,1 bi com Pessoal e Encargos da União (que inclui todas as despesas com todos os Poderes, com Cíveis e Militares, com ativos, aposentados e pensionistas), gastou-se R\$ 170,3 bi com juros e encargos da dívida. Lembrando que o artigo mencionado não conta com a parcela informada pelo governo a título de "Amortizações da Dívida", ou seja, o pagamento do principal, de R\$ 808 bi.

Até aí as despesas somente com os Juros e Encargos, que já são altas por se tratarem de recursos desviados dos serviços públicos para os bancos e especuladores, foram menores que as despesas com pessoal.

Mas, em 2015, essa relação se invertiu. Nesse orçamento está autorizado um gasto com juros de R\$ 277,3 bilhões, enquanto para as despesas



de pessoal estão autorizados R\$ 256,5 bilhões.

Em 2016, a previsão é que se gaste com a dívida 5,76% a mais do que com pessoal.

Comparando o orçamento desses três anos, o aumento global nas despesas de pessoal, é de 20,73%, enquanto o aumento das despesas com os juros é de 78,51%, como já colocado anteriormente.

Tal diferença se deve ao fato, de

que para os servidores, em 2014 e 2015 as remunerações foram reajustadas (com percentuais menores do que a inflação), respectivamente em 5%, 5% e a proposta para 2016 é de 5,5%. Esse percentual deveria repor as perdas relativas ao ano de 2015. Porém, a previsão de inflação, em 2015 é de cerca de 10%. Há uma perda salarial enorme.

A situação é ruim para os servidores, mas também para toda a popu-

lação, porque todos os investimentos sociais que a interessam estão sofrendo cortes para pagar os bancos e especuladores.

O governo alegava que tais medidas eram necessárias para que os empresários pudessem investir para melhorar o parque produtivo, bem como evitar demissões de trabalhadores, o que efetivamente não ocorreu, pois os empresários embolsaram esse dinheiro para outros fins. Praticamente nada foi investido na melhoria da produção industrial, e as demissões de trabalhadores, aumentaram no mesmo período.

Claro está que no governo de FHC, as taxas de juros foram muito maiores, chegando a 45%, em março de 1999. À época, só não foi mais desastrosa para a economia, pois a dívida pública era muito menor. Mas foi essa taxa absurda, o elemento central, para uma forte elevação do endividamento durante o governo de FHC, trazendo consequências gravíssimas para a economia até hoje.

Que os ricos paguem pela crise!

Os recursos públicos, que deveriam ser destinados prioritariamente para atender as demandas sociais não podem continuar sendo desviados para pagar juros e encher o bolso dos bancos e grandes empresas, ao invés de financiar a melhoria da saúde, educação, transportes, etc.

Só em 2014, a quantia destinada ao pagamento de Juros, Encargos e Amortizações da dívida pública (45,11% do orçamento da união, sendo R\$ 978 bilhões) correspondeu a 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social. Isso tem que acabar! A auditoria da dívida é urgente.

Do mesmo modo, um levantamento do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) aponta que corrupção e as manobras comerciais feitas por gran-

des empresas, respectivamente, responsáveis por 20% e 80% da evasão fiscal (uso de meios ilícitos para evitar o pagamento de impostos), são responsáveis por um rombo de R\$ 210 bilhões ao ano nos cofres públicos. Valor maior que os investimentos nos orçamentos das áreas da Saúde e da Educação em 2015. Segundo o Instituto, esse sim é o motivo (ou os culpados) pelo aperto nas contas públicas que implicam na necessidade de ajustes fiscais que ampliam a taxaço sobre consumo e serviços etc. Por que não há um controle sobre isso?

Por que o governo não taxa os lucros e os patrimônios dos grandes empresários? Com a taxaço de lucros dos acionistas em 15%, o país arrecadaria R\$ 43 bilhões ao ano e a taxaço de patrimônios acima de um milhão de reais poderia render um valor equivalente ao da extinta



CPMF, pois renderia 100 bilhões por ano, apontam especialistas.

A questão é que são essas mesmas organizações empresariais e financeiras que patrocinam as campanhas eleitorais para manter o poder econômico. E, enquanto favorecem os grandes empresários e banqueiros, que financiam suas campanhas, parlamentares esbanjam luxo com o cartão e a verba de gabinete que juntos somam quase R\$150 mil para cada um deles. É preciso que haja a redução das verbas de gabinetes!

Note-se que o valor dos Juros e Amortizações da dívida, mais controle da evasão fiscal e as taxaço aqui propostas já somam R\$1,3 trilhão, isto é, 43 vezes o valor do déficit de R\$ 30,5 bi para 2016.

Fica claro que há outras saídas para a crise econômica e política no Brasil, e não são poucas. As soluções para a crise começam por fazer com que aqueles que a criaram paguem por ela.

Por tudo isso, dizemos NÃO AO AJUSTE FISCAL!